

Nuno Portas, escritos 1975-2012

Os Tempos das Formas, volume II: *A Cidade Imperfeita e a Fazer*

Edição: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho EAUM/Guimarães

Organização: Ivo Oliveira & Pedro Bandeira

Design Gráfico: Miguel Duarte

Revisão de Texto: Teresa Godinho

Tradução Francês-Português: Mathilde Bauchet

Tradução Castelhana-Português: Bruno Baldaia

Impressão e acabamentos: Empresa do Diário do Minho, Lda.

1.ª edição: Maio de 2012

1000 exemplares

Depósito Legal:

ISBN: 978-989-96163-5-6

© Nuno Portas, 2012

© EAUM



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura



GUIMARÃES 2012
CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA

Nuno Portas
Os Tempos das Formas

volume II
A Cidade Imperfeita e a Fazer

em memória de Manuel de Solà-Morales

Com o subtítulo “A Cidade Imperfeita e a Fazer”, este segundo volume de *Os Tempos das Formas* continua a sequência temática do primeiro. Em dois capítulos, *Governabilidades e Regulações* (Capítulo III) e *Cidade por Partes e Cidade Extensiva* (Capítulo IV), é apresentada uma selecção de escritos de Nuno Portas realizados entre 1975 e 2012.

A sequência de leituras proposta não é cronológica. Com ela deverá torna-se claro o posicionamento de Nuno Portas acerca de muitos temas que têm estado associados à acção sobre o território, e revela-se as razões das permanências e das transformações que, no discurso e na prática sempre ocorrem. Cada capítulo apresenta-se como um percurso. Enquanto o Capítulo III percorre o caminho das Regiões-Plano ao Plano de Pormenor, o Capítulo IV sai da cidade em direcção ao *Portugal Urbano*. Para o leitor, o percurso sugerido pode, logo na primeira leitura, ser perturbado pelo carácter imbricado dos temas que informam o território.

O posicionamento de Nuno Portas, profundamente propositivo e interventivo, obriga-o a um genuíno interesse em aproveitar o presente e a sua crise, vislumbrando aí um momento interessante para pensar no que amanhã vamos fazer. Talvez por esse motivo, é significativo o número de textos escritos após a publicação, em 2005, do primeiro volume.

ÍNDICE

Volume II

Capítulo III:

GOVERNABILIDADES E REGULACÕES

- 11. Sobre o processo de regionalização e a divisão territorial (1978)
- 40. As regiões não prestam (1987)
- 43. A instituição metropolitana (1987)
- 56. Mapas locais (2011)
- 59. Notas sobre a experiência dos PDM (1994)
- 69. A estratégia concelhia e o PDM (1994)
- 75. Evolução e desenvolvimento do sistema de gestão territorial (2008)
- 87. Da estratégia ao projecto (1998)
- 103. A regulação urbanística da arquitectura (2007)
- 111. As políticas de reforço das centralidades ((1995) 2001)
- 125. Investigação urbanística: uma agenda para a entrada do milénio? ((2000) 2006)
- 134. Declaração sobre os problemas territoriais e do “habitat” dos países do Terceiro Mundo (1975)

Capítulo IV:

CIDADE POR PARTES E CIDADE EXTENSIVA

- 147. Portugal urbano: transformações e convivências (2001)
- 155. AUGI: do problema à solução (2010)
- 163. Conjuntos habitacionais (1999)
- 190. A bolha imobiliária, causa ou efeito (2004)
- 193. EXPO98: os desafios e as ideias (1993)
- 209. De uma cidade a outra: perspectivas periféricas (2004)
- 229. Formas da cidade extensiva (2009)
- 241. A cidade em trânsito (2012)
- 255. Património paisagístico: os caminhos da transversalidade (2007)
- 263. Espaço público e cidade emergente (1997)
- 267. Modelo territorial e intervenção no médio Ave (1986)
- 279. A região atlântica de Portugal: metrópole ou metápolis? (1996)
- 303. Retratos vimarenenses (2012)

Posfácio:

- 313. Os dois lados: trajectória e compreensão, *Ivo Oliveira*

OS DOIS LADOS: TRAJECTÓRIA E COMPREENSÃO

Ivo Oliveira

Em 1994, quando entrei na Faculdade de Arquitectura do Porto, os textos de Alexandre Alves Costa, Manuel Mendes e Nuno Portas, publicados nos catálogos da exposição de Clermont-Ferrand, *Architectures à Porto* realizada em 1987 e da exposição de Serralves, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 60/80* realizada em 1991, constituíram o meu primeiro suporte para a descoberta da Arquitectura. Julgo que na altura misturei tudo, a *Arquitectura à Porto*, a Escola do Porto, a *Arquitectura Portuguesa*, os nomes de Lisboa, do Porto e os de ambos os lados, mas estava espantado com esse lugar que se expunha lá fora.

De Nuno Portas registei as suas interrogações sobre a arquitectura do Porto, a afirmação de que *“é impossível prolongar um período rico em contribuições sem abrir novas vias ao duplo problema da racionalidade e da significação, nomeadamente através do trabalho colectivo e da experimentação pedagógica baseada nas condições concretas dos sítios, dos programas, das tecnologias e das culturas, para alcançar hipóteses generalizáveis de tipos, e, porque não, de modelos capazes de responder, de uma maneira sempre crítica, a uma região complexa em mutação”*. Apesar dos indícios, só uns anos mais tarde, com a cadeira de Urbanística Contemporânea, é que passei a associar Nuno Portas a um outro lado. Na publicação *Arquitectura’96* que reúne os programas curriculares do curso, Nuno Portas afirma que o objectivo da disciplina é fornecer as bases para que se possa *“discutir o significado e alcance das tendências actuais – quer nos estudos urbanos, quer nas práticas de planeamento, quer nas instituições – num momento em que a “Urbanística” atravessa uma fase de reflexão sobre os seus fundamentos e tradição e as Políticas e Estratégias Urbanas se autonomizam em relação ao planeamento tradicional”*. Para que tal aconteça, propõe uma bibliografia com 95 referências. Lembro-me de na altura, talvez um pouco intimidado pela dimensão mas também pela informalidade com que Nuno Portas tratava muitos desses autores, ter encontrado uma *“zona de conforto”* na página anterior da publicação onde Manuel Mendes, responsável pela disciplina de Métodos e Linguagens da Arquitectura

Contemporânea, apresentava uma bibliografia com 15 referências. Os 80 livros que os separavam revelaram-se uma ilusão, mas na altura eram a distância entre Arquitectura e um território que, nas palavras de Nuno Portas, não se podia “*confundir com uma simples ampliação de escala da Arquitectura*”.

É através da urbanística que Nuno Portas procura trazer para a Escola novas vias, e é no cumprimento desse objectivo que se acentua a dualidade entre a Arquitectura e a Urbanística. A existência de dois lados faz-me recordar o livro infantil *Os dois lados* ilustrado por Rachel Caiano e que tem como ponto de partida o livro *O Senhor Valéry* de Gonçalo M. Tavares. Nuno Portas não é nem tão complicado nem tão perfeccionista como o Senhor Valéry, mas o seu mundo também passou a ter dois lados e o erro passou a surgir “*quando alguém toca no lado direito do Mundo com o lado esquerdo do corpo, ou vice-versa*”. No entanto, podemos dizer que para ambos há um conjunto de objectos que, por serem demasiadamente pesados, devem ser colocados sobre a linha que separa os dois lados. Tomemos como exemplo o espaço público. Quando Nuno Portas lhe confere um papel importante na transformação dos territórios que estão para lá dos limites da cidade, quando afirma que este perdeu os elementos que tradicionalmente lhe dão forma, está a conferir-lhe complexidade, coloca-o sobre a linha e assim permite que se use as duas mãos. Esta imagem convoca para o espaço público dos territórios menos consolidados os dois lados e permite-nos pensar que é possível a existência de um lugar que tem o melhor de dois mundos, a dimensão infra-estrutural, paisagística, programática, estratégica, espacial e social.

Com o espaço público podemos aproximar Nuno Portas de uma arquitectura que, evidentemente, não é a quase instantânea da produção de um edifício mas que é específica ao processo de construção do território. Há já muito tempo que Nuno Portas procura saber como é que o arquitecto, com as suas formas específicas de desenho, se pode inscrever numa perspectiva incrementalista na qual, o espaço público não é nem linear nem decorrente do simples jogo da sucessão de escalas.

Nuno Portas introduziu, desde muito cedo, a noção de processo, seja no SAAL ou num dos vários Projectos Urbanos em que se envolveu. Em qualquer um deles procurou falar do que os destaca, quer seja

“pelo seu programa e pelas oportunidades oferecidas às intervenções; mas também, pelos mecanismos de organização dessas realizações; finalmente, e de modo subordinado, pela relação biunívoca, e não hierárquica, que o projecto tende a estabelecer com o plano, ou seja, pelo estilo de planeamento que caracteriza o novo projecto (...)”. Na introdução ao catálogo da exposição dos projectos apresentados no Concurso de Ideias para a Expo 98 escreve que o traçado do espaço público *“é um risco que arrisca o futuro, constituindo-se como suporte e limite da incerteza assumida, desde o início, como uma condição de progresso e não como um defeito.”*

Procurando, sistematicamente, retirar o espaço público da redoma em que a arquitectura o colocou, Nuno Portas fala de um suporte, de uma plataforma, de um outro tipo de projecto cuja novidade não tem a ver apenas com a mudança de escala mas sobretudo com uma diferença de concepção. Por isso, recorre a novas palavras para repetir o final do artigo de 87, e alerta, no artigo publicado em 2007 no Jornal dos Arquitectos, para a *“necessidade de, nas escolas e na formação continua, se encarar a diversidade de tipos dos projectos e não um só modelo que apenas se diferenciaria, na prática, pela escala ou dimensão – e não pela complexidade e graus de incerteza do que se projecta: seja um plano vasto que procura reduzir as incertezas, um projecto de edificação em que as certezas são dominantes ou os planos-projecto, ditos de escala intermédia, em que se conjugam certezas e incertezas”.*

Apesar dos urbanistas procurarem controlar os fenómenos urbanos na sua globalidade, nos modelos liberais de produção de solo, o peso dos actores privados faz com que autores como Marcus Zeff afirmem que o espaço público é, cada vez mais, o único objecto do urbanismo. Nuno Portas não tem uma visão tão reducionista. Interessa-lhe um campo mais aberto, que procura “controlar” os fenómenos urbanos e que reconhece, face ao peso dos actores privados, que é sobre o Espaço Público que o Poder mais pode dizer. É necessário ter consciência que a legitimidade que, nos contextos mais consolidados, provém da intensidade dos usos, tem que dar lugar a uma outra que provém do desenvolvimento de instrumentos de definição, de gestão e de controlo da forma urbana ao mesmo tempo que se reintroduz a dimensão arquitectónica e paisagística. Por isso reflectiu sobre os instrumentos

regulamentares que permitem uma acção e visão global de um espaço público à escala do território, e recolheu e divulgou, constantemente, informação sobre os projectos que, fragmentadamente, transformam a superfície, reunindo-os em redor do objectivo comum de antecipar (no sentido mais largo do termo) não um conjunto de regras mas sim uma tentativa de imaginar o futuro, e as suas múltiplas saídas.

Podemos então afirmar que os processos de concepção formal depararam-se com situações inéditas, situações em que o projecto do Espaço Público não é fruto de um autor, em que o número de intervenientes é crescente e a diversidade ou intensidade dos usos é decrescente, onde a articulação entre a dimensão espacial e social se está a tornar problemática, a comprometê-lo enquanto forma, e onde se começa a assistir à sua dissolução formal. Onde está, como é, para que serve, como se produz e transforma o espaço público da *cidade alargada*? É na procura de respostas que se inscrevem as reflexões sobre o espaço público que são levadas a cabo por aqueles que com Nuno Portas têm aprendido. Essa é mais uma das suas conquistas, a disseminação, por muitos municípios, de técnicos que, aos poucos (no tempo longo das cidades), estão a avançar com soluções de impacto ou alcance variável, mas seguramente inovadoras. Hoje, são cada vez mais recorrentes as operações resultantes de processos altamente negociados que nos permitem imaginar que a dimensão social do espaço público está a transbordar da esfera do seu uso quotidiano para a da sua concepção, isto é, que o espaço público é de confronto social, menos pela realidade das práticas que acolhe e mais pela diversidade de discursos e actores implicados na sua transformação. Tudo isto acontece, também, na sequência da perda de protagonismo dos PDM, causada pela dificuldade em introduzir novas conquistas nas suas revisões ou pela perda de centralidade da dimensão regulamentar, quando confrontada com um território totalmente urbanizado. Nas preocupações dos técnicos camarários surge, por exemplo na *Região Norte Atlântica*, uma dimensão bastante operativa e orientada para as estratégias de acção no espaço público. Sabendo de ante mão que, num território totalmente urbanizado, o espaço público é algo que é dado de avanço, é uma herança da sociedade, é uma base para a acção.

Os sucessos e os fracassos têm que ser entendidos no âmbito de um processo em curso. Tudo está em contínuo movimento, em constante redefinição. Talvez por isso, desde 2005, altura em que na Escola de Arquitectura da Universidade do Minho e na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto foram publicadas 1500 páginas de textos, Nuno Portas tenha continuado a escrever. Ainda não está tudo dito, importa rever o que foi dito, importa retomar assuntos. Nuno Portas mantém-se envolvido na prática e escreve, escreve muito, não quer perder o momento, não há desencanto porque os “*os períodos de crise são oportunidades para pensarmos no que a seguir vamos fazer*”. No tempo de uma cidade, 40 anos não são nada, não está na hora de fazer um balanço, e por isso permanece envolvido no debate sobre a organização administrativa do país, as regiões, as áreas metropolitanas, a descentralização, os novos PDM, os Projectos Urbanos, o Espaço Público. No seu texto, *Investigação urbanística: Uma agenda para a entrada do milénio*, escrito em 2000, aponta áreas para investigações futuras e afirma que as pesquisas que conhecemos têm permitido enunciar melhor o que já foi enunciado, faltando que a pesquisa anuncie novos problemas em gestação e que os enuncie para que se possa imaginar uma construção de futuro, “*hipóteses interpretativas mais imaginativas que destaquem sinais qualitativamente novos para futuros possíveis*”. É por este motivo que imagino Nuno Portas, perante a pergunta: “*Como procede com os objectos que estão nas suas costas?*”, a responder, tal como o Senhor Valery, quase ofendido: “*Eu nunca viro as costas às coisas*”.